



O VIVER AMAZÔNICO E A COLONIALIDADE

Klondy Lúcia de Oliveira Agra ¹

RESUMO

Neste estudo, discute-se o tema *Bem Viver* com o objetivo de verificar se a ideia imposta por projetos e ações repletas de colonialidade traz benefícios ou não ao viver de comunidades diversas na cidade amazônica de Porto Velho/RO. Com base em pesquisa qualitativa realizada em trabalho doutoral denominado *Águas da Amazônia: Sentidos, Percepções e Representações*, observou-se que as comunidades de Porto Velho e seus distritos não conseguem perceber melhorias trazidas por projetos desenvolvimentista e sem perspectivas, desvendam sentidos nas diversidades que podem e devem indicar caminhos a projetos em cidades amazônicas que levem em conta os sentidos culturalmente construídos nessas comunidades geograficamente localizadas, evitando, desse modo, crises ambientais com práticas gerenciais inadequadas e imediata valorização da natureza e do homem/mulher que compõe cada comunidade.

Palavras-chave: Porto Velho, Projetos, Desenvolvimento, Colonização, Decolonização.

ABSTRACT

In this study, the theme *Buen Vivir* is discussed in order to verify whether the idea imposed by projects and actions full of coloniality brings benefits or not to living in different communities in the Amazon city of Porto Velho/RO. Based on qualitative research carried out in a doctoral work entitled *Águas da Amazônia: Senses, Perceptions and Representations*, it was observed that the communities of Porto Velho and its districts cannot perceive improvements brought about by developmental projects and without perspectives, they unveil meanings in the diversities that can and they must indicate paths to projects in Amazonian cities that take into account the culturally constructed meanings in these geographically located communities, thus avoiding environmental crises with inadequate management practices and immediate valorization of nature and the man/woman that makes up each community.

Key-Words: Porto Velho, Projects, Development, Colonization, Decolonization.

¹ Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR.
klondy2@gmail.com



INTRODUÇÃO

O Brasil passa por momentos que pessoas, instituições e, principalmente, o Estado demonstram grande colonialidade. Essa colonialidade é corroborada por ações determinadas que desrespeitam a própria Constituição Brasileira e tratados internacionais que visam a preservação do meio ambiente e o respeito aos povos tradicionais.

Tal colonialidade, tão presente hoje, tem andado lado a lado com a história da colonização Amazônica em diferentes períodos e governos através de leis, atos e/ou projetos com constante desrespeito a relação do humano amazônico com o ambiente que o cerca.

Um relação onde, na Amazônia, há a presença do viver que integra as comunidades e suas diversas manifestações culturais com a água e a mata que os cercam e que permitem a homens/mulheres a construção interpretativa do mundo carregada de sentidos e significados nascidos dos conhecimentos acumulados na vida cotidiana com esse ambiente.

Neste estudo, discute-se o tema *Bem Viver* descrito por autores diversos (ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E; 2009; TORTOSA; 2008; entre outros) com o objetivo de verificar se a ideia imposta por projetos e ações repletas de colonialidade traz benefícios ou não ao viver de comunidades diversas na cidade amazônica de Porto Velho/RO e seus distritos. Com base em pesquisa qualitativa realizada em trabalho doutoral realizado por esta autora, de 2012 a 2014, denominado *Águas da Amazônia: Sentidos, Percepções e Representações*, revisitado e somado a observação e vivência.

Entende-se que Porto Velho é um retrato síntese da Amazônia brasileira. Um espaço que suporta diferentes tipos de colonização desde a década de 70 até os dias atuais. Primeiramente, para legitimar a ideia da existência de um Estado forte e ativo, com a propaganda do próprio Estado sobre as facilidades e benesses da colonização neste espaço. Passando pela riqueza da cassiterita, do ouro e da grande oferta de trabalho nas construções das duas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, e hoje, com um acelerado desmatamento e tomada de terras por madeireiros e fazendeiros. Processos de colonização que influenciaram e, ainda influenciam, nos modos de vida amazônicos.

Bem Viver, neste estudo, é compreendido como uma oportunidade para construir outras visões de mundo com sociedades sustentadas sob uma convivência harmoniosa



entre os seres humanos consigo mesmos e com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na natureza (ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E; 2009).

Colonialidade é incluída nessa discussão de acordo com Quijano (2005), ou seja, um padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante.

Sentido colonizador, são sentidos presentes na visão colonizadora, ou seja, nos interesses e ideias que vêm atender a países (ou regiões) chamados desenvolvidos ou empresa e pessoas com interesses duvidosos. Ideias que nem sempre são válidas para países (ou regiões) em ampliação (as periferias), mas que prontamente são acatadas, beneficiando apenas alguns grupos, trazendo transformações ambientais e culturais questionáveis.

Dá-se preferência pelo termo decolonizar neste estudo por referir-se à necessidade de mudar paradigmas referentes a face obscura da modernidade que, infelizmente, insiste em permanecer operando mentes, ainda hoje, em um padrão mundial.

Desenvolvimento, aqui, é visto como uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e a para baixo em gráficos de progresso (ESCOBAR, 1995).

O sentido culturalmente construído em comunidades amazônicas é que permite aos indivíduos amazônicos diferentes compreensões, o olhar diferenciado das paisagens e diferentes pontos de vista, possibilita, também, a noção de espaço que essas comunidades ocupam a partir da sua própria experiência, fazendo desse espaço o seu mundo vivido. É dentro desse mundo vivido que Tuan (2012) situa o sentido de lugar.

De acordo com esse autor, o lugar é uma manifestação dos sentidos, pela apreciação visual ou estética que ganha significado a partir de uma longa vivência e deixa, desse modo, de ser compreendido apenas como uma porção do espaço produzido para ser visto como construção única e singular, que agrega ideias e sentimentos por aqueles que habitam o espaço.

O *lugar* referido não é um simples espaço ou uma referência de localização, mas um retrato da vida e organização dessas comunidades. A aproximação do homem com a



natureza nas comunidades amazônicas vai da apropriação à construção e à organização do espaço. Numa demonstração de que a paisagem natural integra esse homem/mulher que a modifica e a transforma por ações carregadas de sentidos. Seres humanos que passam a construir a paisagem cultural a partir do momento em que lhe atribuem a existência com sentidos, significados e formas.

Uma construção que gera a proximidade e a intimidade. Para essas comunidades, “[...] as codificações estão distribuídas em dois universos distintos: o universo das águas e o universo das matas, cada um contendo suas especificidades simbólicas” (SILVA, 2007, p.231), seus sentidos construídos culturalmente e seus significados culturais.

Compreende-se neste estudo que todos os saberes culturais são formados pelos conhecimentos produzidos ao longo do viver, da experiência de vida ao longo das gerações. São conhecimentos marcados por esses modos de viver e compreender o mundo e suas representações que acredita-se estarem sofrendo modificações.

UM OLHAR SOBRE A TEORIA DO *BEM VIVER*

No final de 1990, o termo *Bem Viver* surge impulsionado por três atores importantes: movimentos sociais latino-americanos da época (particularmente o movimento indígena contra o neoliberalismo final do século XX); convergência entre os referidos movimentos e as ideologias de determinados movimentos globais (especialmente anti/alter-globalização e movimentos ambientais); e desencanto generalizado com a ideia de desenvolvimento (VANHULST; BELING 2014).

Nesse contexto, o tema do *Bem Viver*, expõe críticas à teoria clássica do modelo de desenvolvimento ocidental e apresenta alternativas ao desenvolvimento embasadas nas tradições indígenas, repousando seu pensamento na lógica de (con)vivência dos grupos sociais (Yampara 1995). Ao mesmo tempo, remete à teoria de decrescimento de Serge Latouche, à noção de convivência humana de Iván Illich, à ecologia profunda de Arnoldo Naes e as propostas de descolonização de Anibal Quijano, Boaventura Santos e Edgardo Lander (DÁVALOS, 2008).

Acosta afirma ainda que, *Bem Viver* revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento e critica a própria ideia de desenvolvimento,



transformada em uma entelúquia² que rege a vida de grande parte da Humanidade. O autor complementa ainda que o *Bem Viver*, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* também pode ser interpretado como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. (ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E., 2009).

O *Sumak Kawsay*, em uma tradução literal, seria a vida em plenitude, a excelência, o melhor, o bonito. Mas, interpretado em termos políticos, trata-se da própria vida, uma mistura de ações e vontades políticas que significam mudanças para que não falte às pessoas o pão de cada dia, para que não existam essas desigualdades sociais de homens e mulheres. O *Sumak Kawsay* é o sonho, não apenas para os indígenas, mas também para todos os humanos. (Blaca Chancoso, indígena otavaleño in ACOSTA, 2009).

Tortosa (2008) afirma que o “*Bem Viver* é uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo”.

O *Bem Viver* é, portanto, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza. Supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos e introduz uma visão diversificada e complexa ao termo. Uma visão de bem viver que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento X colonização/decolonização X economia e conduz a um novo projeto de vida que tenha o ser humano como centro, com respeito à natureza, à diversidade e à inclusão.

PORTO VELHO, O BEM VIVER E O DESENVOLVIMENTO

Na pesquisa e observação de dados, vê-se que órgãos públicos e privados vêm, através de projetos e pesquisas, tentando direcionar o desenvolvimento do Estado de Rondônia utilizando a sustentabilidade como meta, a maioria dos projetos proclamam trazer a busca da equalização do desenvolvimento populacional com o desenvolvimento econômico deste espaço.

² Na filosofia de Aristóteles, qualquer realidade que atingiu seu ponto de perfeição.



A capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, objeto de estudo, é formada por comunidades diversas, desde comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas e caboclas) a imigrantes de estados brasileiros e de países distintos. As margens do Rio Madeira, com uma área territorial de 34.082 km², Porto Velho situa-se ao norte do Estado e apresenta precárias condições em sua teia urbana.

Pelo fato de estar localizada às margens do Rio Madeira, Porto Velho tem sua história vinculada a esse rio que, integrando as grandes hidrovias da região amazônica, a interliga aos principais centros urbanos regionais. Sua localização sempre foi considerada estratégica, na medida em que a realização de obras de infraestrutura de transporte fluvial permitiria as regiões produtoras da Amazônia e do cerrado brasileiro ter acesso aos mercados mundiais tanto na direção do Oceano Pacífico, atingindo os emergentes mercados asiáticos, como rumo a América do Norte, Europa, América do Sul e África.

Com intensos ciclos migratórios, e projetos visando o desenvolvimento regional, as comunidades de Porto Velho se ressentem de cuidados básicos como água potável, esgoto, depósito de lixo, saúde e educação.

Embora, para muitos, o futuro esteja ligado ao desenvolvimento, a ideia do *Bem Viver* amazônico tenta quebrar esse paradigma e observa que o conceito de desenvolvimento está sempre ligado a ditames que conservam sentidos colonizadores e, para contrapor, trazem propostas revolucionárias visando o futuro com respeito a natureza e ao homem/mulher e, por isso, ganham força política e tem ocupado as ciências sociais.

Na Amazônia brasileira e, portanto, no Estado de Rondônia e em sua capital Porto Velho, os discursos variados sobre preservação e desenvolvimento prevalecem, políticos e pretensos colonizadores sustentam a discussão em questões que conciliem a economia com esse propagado tema, com interesses pessoais e nada diversos.

No entanto, gerar um desenvolvimento economicamente sustentável exige focar essas questões de maneira a bem pensar quatro pontos importantes que são requisitos para o *Bem Viver*: natureza, respeito, diversidade e inclusão. Em outras palavras, pode-se dizer que para pensar e discutir o desenvolvimento de forma sustentável, não basta preocupar-se com a economia, importa em fazer mudanças radicais nas ideias que hoje são aceitas sobre esse desenvolvimento e promover simultaneamente uma discussão que vá além do econômico. Fato que não vem ocorrendo neste espaço.

No Brasil e em toda a América Latina há uma grande diversidade de posições em torno do termo desenvolvimento, entre um reducionismo economicista consistente e



as insistentes reivindicações de todas as outras dimensões da existência social, ou seja, há muitos interesses de poder (QUIJANO, 2000). Um desenvolvimento sustentável que foi, através de discursos diversos, atendendo interesses também diversos “se eclipsando em um horizonte cada vez mais esquivo, e seus defensores e seguidores foram enjaulados pelo desencanto” (QUIJANO, 2000). Um desencanto presente nas diferentes comunidades portovelhenses. Como se pode observar nos extratos abaixo de colaboradores de comunidades diversas:

Colaborador 1: J. R. R. F., 64 anos. Comunidade São Sebastião – Porto Velho.

Eu vivia da pesca e hoje, porque vocês num tem é, assim... Como ver o dia nosso aí? Hoje ninguém pode pescar mais porque o rio cavou, né? E antigamente nós tinha uma praia daqui até na balsa. Quando chegava os domingo era um meio da gente ganhar um dinheiro, né? Porque, era um meio de ganhar um dinheiro porque traz esse dicatrai, né? Sempre eu trabalhei isso também, além da agricultura e da pesca, sempre que chegava o sábado e domingo eu ficava, né? Pá manter a família. Aí hoje tudo se acabou, o rio cavou e passou muita tranquera no rio que é essas árvores de pau, né, que cava, desce no rio, que é o... . Então hoje ficou difícil, ninguém pode pescar [...]

Colaborador 2: J. J. Z., 76 anos – Bairro Triângulo – Porto Velho

Os pequenos rios estão acabando, Tão se acabando, secando. Eu acredito que é por causa da desmatção. Não vamos longe não, aqui mesmo tem um senhor, ele é fazendeiro. Quando ele comprou a fazenda dele era tudo desmatado e tem um igarapé que passa bem no meio da fazenda dele. Quando ele deixou uns dez metros de cada lado do igarapé, a parte que pertencia a ele, o rio que havia sumido, voltou a aguentar a água. Em seguida, ele comprou o terreno vizinho e deixou o mato crescer de novo, na parte de cima e na parte debaixo toda ela seca. Um dia ele disse: “João, vamos na minha fazenda” eu disse “vamos embora”, quando eu fui com ele, ele disse “João tu vai ver uma coisa que o pessoal não quer acreditar mas, é verdade” Eu fui com ele, aí ele me mostrou, “o que me pertence aqui, água bonita, água limpa, cheia de mato, né? Na sombra, tem traíra, tem piauzim, icarazim. Enquanto a terra dos outros é tudo pra cima como pra baixo, tudo seca” Um outro senhor, comprou a terra do lado dele, na parte de cima, então ele procurou o meu amigo e disse: “é Sinval, não sei o que que tu fez que na tua área tem água e na nossa não tem”. Ele disse: “meu amigo, é só você deixar a mata crescer na beira que vai ter água, todo mundo conheceu aqui quando eu comprei, até hoje, tem muita gente que sabe, sabe e viu, que eu deixei a mata crescer e o Igarapé também não secou mais, não seca mais de jeito nenhum.” E fica claro, não é só aqui não, tem muitos Igarapés que com essa desmatção secou.[...]



Colaborador 3: M. C. A., 51 anos. Niterói. Porto Velho

Hoje, a senhora anda na beira do rio, cinquenta metros, cem metros, por trás é um mundo de campo que derrubaram, então assim, não sei o que eles fazem tanto passar remédio pra não ter as pragas que matam o pasto, matam os tipos de plantação, então eles colocam e é isso que mata os peixe, não somos, nós como dizem muita gente, é, como vem gente de Brasília, os caras vem pra cá fazer uma reunião conosco aqui na associação dos pescadores e dizem “ah! vocês tão acabando com o peixe!”, segundo eles, de onde tiram e não se coloca, se acaba, é o que eles falam, de fato, se tirar num lugar neutro que não tem como progredir mais peixe, tudo bem, se acaba. Mas aqui, nós temos tantas bacias de rio, afluentes, que vem peixe de todo lado. Mas, agora já não sai assim aquelas grande quantidade de peixe como antigamente saia e eu me pergunto, por quê?

A maior área que tem aqui em Rondônia, é tudo já limitado, nós estamos pescando em área delimitada. A maioria dos pescadores desistiu de pescar, porque aqui já está delimitado e já proibiram a pesca. Essas ideias vem, em primeiro lugar do pessoal que trabalha com açude, criando peixe, como o seu Ivo Cassol e outros que também estão planejando fechar a pesca, sabe, agora eu pergunto, eles querem fechar isso porque eles tem bastante açude. Não dá para pescar e não tem trabalho.

Com o olhar do colonizador, que vê lugares e não pessoas, o desenvolvimento segue sua trajetória como um conjunto de textos que integram o discurso colonizador. Um discurso impregnado nos projetos e constantemente disseminado pelos meios de comunicação que focalizam de maneira sensacionalista pontos de vista construídos pelo centro e que trazem um desenvolvimento questionável às periferias.

Em Porto Velho e seus distritos, o tema desenvolvimento foi amplamente utilizado desde sua criação, passando por projetos como o Polonoroeste criado pelo Governo Federal na década de oitenta. Programa que teve como objetivo principal asfaltar o trecho da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, com financiamento feito pelo BIRD, que trouxe consequência desastrosas, com o aumento do fluxo de migrantes em busca de terra e trabalho, o desmatamento acelerado, a invasão de áreas indígenas e unidades de conservação, o crescimento desordenado das áreas de garimpo, a exploração predatória da madeira e a concentração fundiária.

Com a desculpa de tentar corrigir desvios na execução do Polonoroeste, em 1990 foi criado o Planaflo. Projeto que teve como objetivo geral: “conservar a biodiversidade de Rondônia, criando, ao mesmo tempo, uma base para a utilização sustentável de seus



recursos naturais renováveis, visando os benefícios econômicos diretos para a população local”.

Suas ações baseavam-se no zoneamento socioeconômico-ecológico, cujo objetivo central seria desestimular a expansão desordenada da fronteira de Rondônia, reduzindo a taxa de destruição da floresta tropical a níveis controláveis e aceitáveis, incluindo também um programa de reformas institucionais que permitisse o fortalecimento institucional, a capacitação técnica e a articulação das políticas públicas.

No entanto, sua execução, também, apresentou falhas quanto ao zoneamento socioeconômico ecológico. O zoneamento ao propor uma abordagem restrita à preservação dos recursos florestais, ignorou as demandas socioeconômicas, apresentando clara opção por um enfoque preservacionista, apoiado em forte legislação proibitiva. Assim, o Planafloro foi perdendo o caráter de um instrumento flexível e subsidiador da tomada de decisão necessário à gestão ambiental.

Um forte concorrente para a revisão e prorrogação de Planafloro foi a criação de uma grande quantidade de unidades estaduais de conservação – Ucs – em prazo muito curto, resultando em diversos problemas relacionados com a demarcação inadequada de certas áreas e com a ausência de diretrizes básicas, procedimentos operacionais apropriados e falta de aparelhamento institucional.

Observa-se, portanto, que interesses particulares de políticos e empresas visando seus próprios ganhos criaram no passado e criam, ainda hoje, leis específicas de desmonte renegando às comunidades o direito ao *Bem Viver*, sem buscar por ideias e objetivo que atendam às necessidades de cada comunidade em particular.

Porto Velho, hoje, é a capital com maior número de queimadas registradas pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de acordo com dados coletados pelo satélite de referência. Com 418 focos de fogo só no período 01 a 15/09/2021, o município também foi o segundo em todo o país em número de incêndios, ficando atrás apenas de Corumbá (MS) que teve 566 queimadas. Nesses 15 dias do mês setembro/2021, Rondônia captou mais de 1,2 mil focos de fogo.

Duas Unidades de Conservação (UCs) da Amazônia estão ameaçadas por conta de um decreto do Governo de Rondônia que decidiu diminuir 219 mil hectares dos territórios da Reserva extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

São várias as ações voltadas para o desenvolvimento. No entanto, nota-se que Porto Velho, através de seus vários órgãos, municipais, estaduais e federais, se recente da



ausência de um bom gerenciamento e sofre com o crescimento desordenado e a deficiência de serviços básicos.

Derrubada de reservas ambientais, queimadas constantes e apropriações indébitas propiciam as comunidades portovelhenses um desenvolvimento questionável, uma vida sem qualidade e muito distante da ideia do *Bem Viver* amazônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, sob as categorias da geografia e sob o olhar do geógrafo que não nega o papel das forças sociais, políticas e econômicas na (re)construção das paisagens, verificou-se que projetos colonizadores e discursos repletos de colonialidade visando o desenvolvimento de Porto Velho e de seus distritos interferem na valorização dos elementos naturais, modificando sentidos culturalmente construídos pelo homem/mulher amazônico.

Com seus sentidos culturalmente construídos ressignificados, homens e mulheres não se permitem mais perceber, representar e valorizar os elementos naturais que os cercam.

Verificou-se, também que, embora a água e a mata tenham papéis privilegiados na vida desses homens/mulheres amazônicos, para as comunidades de Porto Velho e seus distritos, a margem do rio, o viver entre o rio e a floresta, já não lhes permite ver os enigmas da Amazônia. Ou seja, o ato colonizador presente na diversidade de imigrantes vindos à cidade de Porto Velho em busca de terras, trabalho ou qualquer tipo de mudança de vida, traz consigo a colonialidade e, essa colonialidade, faz ver as pessoas do lugar como inferiores e não produtivas, alimentando preconceitos e transformando sentidos. Ademais, a visão colonizadora impõe ao ser amazônico uma série de novas concepções sobre o viver em busca do desenvolvimento e faz desse ser um arremedo do colonizador.

Desse modo, constroem-se narrativas repletas de colonialidade que remetem a uma realidade psíquica construída sobre vivências geradas a partir desses novos sentidos e apresentam também, as grandes mudanças ocorridas nesse viver que transforma objetiva e subjetivamente esse ser humano e exhibe o seu mundo vivido como um universo reificado (MOSCOVICI, 2011).

As regras estabelecidas nesse universo reificado produzem hierarquias, constituindo um lugar social para o indivíduo, diferenciando de outros indivíduos. Essa



rigidez provoca certa passividade nesse indivíduo em termos do lugar ocupado por ele, o que não ocorre no universo consensual. Neste, o indivíduo é considerado sujeito de qualquer processo de mudança de sua realidade. Tal realidade demonstra que, embora os devaneios e a construção do Eu amazônico derivem da água e da mata que os cerca, os objetos águas e matas adquirem a condição do Outro.

Observa-se, portanto que, nas comunidades portovelhenses, não há mais a realidade de ser um ribeirinho pertencente a uma cidade amazônica, os sentidos do colonizador conduzem o homem/mulher a ver o rio e a mata não mais como sua identidade.

Fica claro que suas representações sociais em relação à água e a mata já não se ancoram em condições de vida anteriores (fatura da pesca, enchentes com épocas certas, espaço de criação e plantio), ancoram-se em condições adversas (construção de usinas, falta do peixe, desbarrancamento e secas e/ou enchentes constantes), ou até mesmo, para outros imigrantes de estados diversos, não apresentam qualquer significação.

Desse modo, nem o ser ribeirinho, moradores de comunidades diversas à beira do rio que um dia desaguaram no imaginário com um espontâneo maravilhamento diante dos acasos, dos mitos e das lendas, não mais os privilegiam com a contemplação que os conduzia a olhar as coisas com devaneio e gratuito prazer da imaginação.

As margens do Rio Madeira, que antes parecia não exigir lógica para ser coerente, hoje, apresenta as comunidades em crise de sentidos, cujas comunidades de sentidos e comunidades de vida já não concordam entre si. O que torna mais difícil a manutenção da concordância nos processos que formam a identidade pessoal e também promovem o surgimento de lógicas de tensão e de preocupação com suas próprias vidas e com seus espaços.

A serenidade que advinha das águas e a mata deu lugar à inquietação nas comunidades portovelhenses. As experiências do cotidiano, da leitura das águas na previsão de tempestades, da estiagem, do bom tempo ao plantio ou a praia do turismo, hoje, se mostra no estranhamento ao Rio Madeira.

A admiração e o maravilhamento que nascia da própria contemplação da água, das particularidades de onde brotavam as sensações e permitia ao espírito ribeirinho sonhar e ver em fenômenos naturais as explicações metafóricas, numa poética iluminada pela religiosidade dos mitos, formas de explicação por meio do irrepresentável da representação, em suas narrativas, hoje, se mostram ausentes.



A aparente urgência de desenvolvimento neste espaço tem trazido um desenvolvimento questionável a cidade que se mostra com poucos projetos de parques, arborização e rearborização urbana, sem saneamento e com um aumento desestruturado na habitação irregular e notável descuidados com a saúde pública. Comprovando assim, que a ideia imposta por projetos e ações repletas de colonialidade não trazem benefícios ao viver de comunidades diversas na cidade amazônica de Porto Velho/RO.

Reconhece-se portanto, com este estudo, a necessidade de estudos geográficos que incentivem e produzam projetos decoloniais e intervenções que visem o *Bem Viver* nos centros urbanos amazônicos e em todos os seus distritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para o espaço amazônico e pensar o *Bem Viver* como alternativa de vida exige muito mais que a vontade escrita em projetos e planos. Exige a quebra de paradigmas dominantes construtores de projetos de financiamentos, ideias e planos que persistem em agradar pretensos colonizadores. Projeto e planos que teimam em comparar culturas e lugares, ignoram culturas diversas e homogeneízam pensamentos.

Entretanto, pensar o *Bem Viver* não deixa de ser uma oportunidade para construir outras visões de mundo com sociedades sustentadas sob uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, preocupar-se com o bem conviver em comunidade e na natureza.

Ademais, utilizar o termo desenvolvimento e o *Bem Viver* visando o bem estar em cidades amazônicas permitiria dar uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes nesse espaço, mas para isso, seria necessário deixar de seguir mentes repletas de colonialidade que como arremedo de colonizadores não veem e não respeitam as comunidades locais.

A urgente e necessária decolonização de projetos é que conduzirão o olhar de administradores e financiadores a atuação mais objetiva e humana, desfazendo-se de preconceitos e/ou sentidos colonizadores que insistem em manter diferenças e promovem um desenvolvimento questionável que destrói culturas e ressignificam sentidos.



No entanto, tudo isso só será possível com a decolonização de mentes, ou seja, tirar da alienação homens e mulheres que participam da elaboração de outras mentes colonizadas e manipuladas. Colonizados-colonizadores que por se sentirem colonizadores ou superiores aos seus iguais, carregados de sentidos coloniais, instalam em si o colonizado e trabalham para agradar o que quer lhe explorar e tirar dos seus as riquezas, as terras, os recursos naturais, sem importar os resultados.

Somente na medida em que se descubram colonizados-colonizadores, seres imperfeitos e repletos de preconceitos, cada um poderá contribuir para sua própria decolonização, conhecendo e se desfazendo dos preconceitos trazidos pelos sentidos colonizadores e destruindo o último território colonizado de um povo que é a sua própria consciência. A partir daí, libertando-se da visão colonizadora que os acompanha, pensar e repensar um mundo livre das amarras coloniais e no *Bem Viver* para todos com projetos que beneficiem não só as comunidades de Porto Velho e seus distritos, mas todas as comunidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (org.). **El buen vivir: una vía para el desarrollo**. Quito: Abya-Yala, 2009.

AGRA, Klondy L. de O. **Águas da Amazônia: Sentidos, Percepções e Representações**. Tese doutoral defendida em 03/2015. Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/portal/items/show/2377>

DÁVALOS, P. **Reflexiones sobre el sumk kawsay (buen vivir) y las teorías del desarrollo**. ALAI, Quito, agosto 5. 2008.

ESCOBAR, A. **Encountering development**. The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press. 1995. (Obra original publicada em 1951).

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

_____. **El fantasma del desarrollo en América Latina**. In: ACOSTA, A. (comp.), "El desarrollo en la globalización. El resto de América Latina". Nueva Sociedad e ILDIS, Caracas. pp 11-27. 2000.



SILVA, J. da C. **O mito e as crenças como constituintes do espaço ribeirinho na formação do modo de vida amazônico.** In: In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba. pp. 231-240. NEER, 2007.

TORTOSA, J. M. **Maldesarrollo inestable: un diagnóstico.** Actuel Marx / Intervenciones, Universidad Bolivariana /LOM Ediciones, Santiago de Chile, 7: 121-138. 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** – Um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente (Tradução de Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 2012.

VANHULST, J.; BELING A. **Buen Vivir: emergent discourse within or beyond sustainable development.** Elsevier, Ecological Economics 101, pp. 54-63, 2014.